

# Câmara Municipal de Dracena

Rua Princesa Isabel, 1635 ◇ Caixa Postal 215

CEP – 17900-000 ◇ Dracena - SP

Telefones/fax.: (0xx18) 3821-1800/3821-5923

e-mail: [secretaria@camaradracena.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaradracena.sp.gov.br)

site: <http://www.camaradracena.sp.gov.br>

## PARECER JURÍDICO

**ASSUNTO:** MINUTA DE PLC QUE CRIA O DEPTO. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**INTERESSADO:** MESA DIRETORA

### **DA AUTONOMIA DA ASSESSORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL**

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 133 diz que "o advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei".

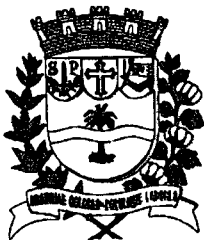
O Assessor Jurídico da Câmara Municipal, como advogado que é, está subordinado ao Estatuto da OAB (Lei nº 9.806/94), até porque o art. 1º, §1º diz que "exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinem, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional".

O fato de ser servidor público não significa que o Assessor Jurídico esteja subordinado juridicamente a qualquer forma de manifestação interna ou externa, pois o advogado tem as suas próprias convicções (pautadas nas Leis e nos entendimentos da doutrina e da jurisprudência). Neste sentido, inclusive, são as súmulas nº 01, 02, 03 e 06 do Conselho Federal da OAB.

Fato é que as convicções da Assessoria Jurídica, tal qual o presente parecer, não vincula qualquer membro ou autoridade do Poder Legislativo, podendo ser exarada posição diversa da doravante exposta, sem qualquer problema de caráter pessoal para esta Assessora. Portanto, o presente parecer tem caráter meramente consultivo.

## **RELATÓRIO**

Trata-se de minuta de projeto de lei complementar que objetiva criar o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) da Câmara Municipal de Dracena, além de instituir o cargo em comissão de Diretor de Tecnologia da Informação, estabelecendo suas competências e demais providências correlatas.



# Câmara Municipal de Dracena

Rua Princesa Isabel, 1635 ◇ Caixa Postal 215

CEP – 17900-000 ◇ Dracena - SP

Telefones/fax.: (0xx18) 3821-1800/3821-5923

e-mail: [secretaria@camaradracena.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaradracena.sp.gov.br)

site: <http://www.camaradracena.sp.gov.br>

A iniciativa é da Mesa Diretora da Câmara, autoridade competente para tratar de matéria relacionada à estrutura organizacional do Poder Legislativo Municipal.

## **FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

### **1. Iniciativa e Competência Legislativa**

O projeto respeita a autonomia administrativa do Poder Legislativo local, conforme previsto no art. 2º da Constituição do Estado de São Paulo e no art. 29, caput, da Constituição Federal.

A iniciativa da Mesa Diretora encontra amparo na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno da Câmara, sendo formalmente legítima.

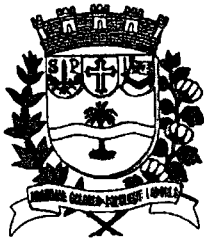
### **2. Criação de Órgão e Cargo em Comissão – Constituição Federal, art. 37, V**

A criação do Departamento de Tecnologia da Informação é válida como reorganização da estrutura da Câmara. A criação de cargo em comissão de Diretor de Tecnologia da Informação também é admissível desde que suas atribuições sejam exclusivas de direção, chefia ou assessoramento.

Contudo, o art. 4º do projeto original atribui ao cargo funções técnico-operacionais permanentes, as quais não se enquadram nas finalidades previstas pelo art. 37, V, da Constituição Federal e violam o Princípio do Concurso Público.

Desta forma, mais adiante, sugiro nova redação ao mencionado dispositivo.

### **3. Previsão Orçamentária e Estudo de Impacto – LRF e ADCT**



# Câmara Municipal de Dracena

Rua Princesa Isabel, 1635 ◇ Caixa Postal 215

CEP – 17900-000 ◇ Dracena - SP

Telefones/fax.: (0xx18) 3821-1800/3821-5923

e-mail: [secretaria@camaradracena.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaradracena.sp.gov.br)

site: <http://www.camaradracena.sp.gov.br>

Foi informado que o cargo está contemplado na Lei Orçamentária de 2026 e que há estudo de impacto orçamentário-financeiro, atendendo aos requisitos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e do art. 113 do ADCT da Constituição Federal. Não há, portanto, vício orçamentário ou financeiro.

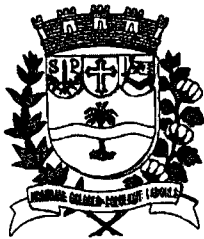
#### **4. Proporcionalidade na Estrutura de Cargos**

O DTI será composto por 1 servidor efetivo e 1 comissionado. Embora seja uma estrutura mínima, deve-se observar o equilíbrio entre cargos efetivos e comissionados, conforme recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para evitar substituição indevida de estrutura funcional por comissionados.

#### **SUGESTÃO DE EMENDA AO PROJETO DE LEI**

Para sanar os vícios materiais e alinhar o texto à jurisprudência e aos princípios constitucionais, propõe-se a seguinte emenda modificativa ao art. 4º do projeto:

- I – planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades estratégicas relacionadas à tecnologia da informação da Câmara Municipal de Dracena;
- II – formular, propor e acompanhar a execução de políticas, diretrizes e planos para a informatização do Poder Legislativo;
- III – gerenciar, em nível estratégico, a utilização dos recursos de tecnologia da informação pelas unidades administrativas e legislativas da Câmara;
- IV – participar da definição, seleção e priorização de aquisições e implantações de recursos tecnológicos, sistemas e soluções digitais;
- V – propor, coordenar e avaliar programas de modernização tecnológica da Câmara Municipal;



# Câmara Municipal de Dracena

Rua Princesa Isabel, 1635 ◇ Caixa Postal 215

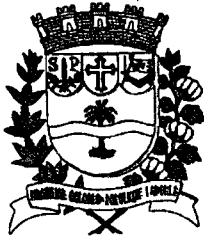
CEP – 17900-000 ◇ Dracena - SP

Telefones/fax.: (0xx18) 3821-1800/3821-5923

e-mail: [secretaria@camaradracena.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaradracena.sp.gov.br)

site: <http://www.camaradracena.sp.gov.br>

- VI – supervisionar, em nível gerencial, o funcionamento e a operação da infraestrutura tecnológica, incluindo sistemas de informação e redes de dados;
- VII – propor a adoção e implantação de sistemas informatizados, soluções digitais e serviços de transformação digital;
- VIII – planejar e supervisionar as necessidades de atualização tecnológica, incluindo licenciamento de software e modernização de equipamentos;
- IX – coordenar e fiscalizar a execução dos contratos de prestação de serviços de tecnologia da informação, inclusive terceirizados;
- X – identificar demandas por capacitação na área de TI e promover programas de treinamento, diretamente ou por meio de terceiros contratados;
- XI – propor normas e procedimentos internos sobre uso, acesso e segurança dos recursos de tecnologia da informação;
- XII – supervisionar, de forma gerencial, a manutenção da infraestrutura tecnológica, assegurando a continuidade dos serviços prestados por terceiros ou equipes técnicas;
- XIII – coordenar a gestão de acessos, perfis de usuários, permissões e políticas de armazenamento da informação;
- XIV – supervisionar, em nível estratégico, o atendimento aos usuários internos no uso de sistemas e recursos tecnológicos;
- XV – propor, revisar e orientar a execução da Política de Segurança da Informação da Câmara Municipal;
- XVI – manter-se permanentemente atualizado quanto à evolução tecnológica, propondo inovações relevantes à gestão pública;
- XVII – elaborar, propor e coordenar a execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- XVIII – padronizar e revisar processos organizacionais relacionados à governança de TI, em articulação com os demais setores da Câmara;
- XIX – coordenar e supervisionar as atividades de profissionais terceirizados contratados para serviços de TI;



# Câmara Municipal de Dracena

Rua Princesa Isabel, 1635 < Caixa Postal 215

CEP – 17900-000 < Dracena - SP

Telefones/fax.: (0xx18) 3821-1800/3821-5923

e-mail: [secretaria@camaradracena.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaradracena.sp.gov.br)

site: <http://www.camaradracena.sp.gov.br>

XX – supervisionar, em nível gerencial, a operação e manutenção dos sistemas e equipamentos audiovisuais utilizados nas sessões plenárias, audiências públicas e eventos institucionais da Câmara Municipal;

XXI – assessorar tecnicamente a Mesa Diretora, os vereadores e os demais setores da Câmara em matérias relacionadas à tecnologia da informação;

XXII – exercer outras atividades compatíveis com a natureza do cargo, por delegação da Mesa Diretora.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, o projeto é formalmente constitucional e legal, desde que revista a redação do art. 4º, conforme sugestão acima, para eliminar funções técnicas do cargo comissionado.

Este é o meu parecer.

Dracena, 24 de novembro de 2025.

Natália P. Gesteiro da Palma

Advogada – OAB/SP 162.890